

DA ECONOMIA COLONIAL AMAZÔNICA À CRISE DA BORRACHA

Sinedei de Moura Pereira

Resumo

O objetivo deste artigo é examinar a economia amazônica, no período de 1500 a 1912. A interpretação como meros “ciclos extrativistas” não dá conta da natureza capitalista que os determina, nem tampouco da própria historicidade de seu processo. Por isso, busca-se um enfoque interdisciplinar para abordar as linhas gerais do movimento, enquanto totalidade da economia amazônica nesse período. As questões centrais que o texto discute e explicita são, essencialmente, duas: 1) a reconstrução da economia colonial amazônica e suas consequências para a região; 2) o processo e a relação entre a economia mercantil extrativista da borracha e a temática do desenvolvimento econômico.

Antecedentes históricos do desenvolvimento amazônico.

A Amazônia é uma região conhecida desde os primórdios da colonização européia na América, pois o espanhol Vicente Yañez Pinzón já havia descoberto a foz do Amazonas, em janeiro de 1500. Pelo Tratado de Tordesilhas (1494), ela era então domínio da Espanha. Isso, portanto, pouco antes da expansão do capitalismo trazer os portugueses para fundar sua colônia em terras do Novo Mundo.

A Amazônia, no entanto, permanece livre da presença do colonizador europeu por todo o século XVI e, também, na maior parte do primeiro quartel do século XVII. Por que isso se deu? Ou perguntando-se de um modo direto: por que essa vasta região não foi logo de início colonizada? As razões desse fato devem-se, inicialmente, às dificuldades de navegação e penetração na densa floresta, bem como ao acatamento dos portugueses ao Tratado de Tordesilhas – já que estavam ocupados com o comércio do Oriente e com a exploração do pau-brasil no Sul da colônia americana.

Já os colonizadores espanhóis, desde logo apropriam-se do ouro acumulado pelas civilizações astecas (México) e incas (Peru), e a exploração de metais preciosos (ouro e prata) passa a se constituir na própria razão de ser da ação colonizadora espanhola no Novo Mundo, no século XVI. É claro que a concentração de esforços na defesa dessas áreas acarretou a perda das Antilhas para os seus principais inimigos (ingleses, franceses e holandeses), durante o século seguinte. A agricultura só vai se

tornar uma atividade de destaque nas colônias espanholas ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Na verdade, o processo inicial de colonização européia na América faz parte de um amplo e complexo processo histórico, cujo papel essencial da colônia é o de ser instrumento de acumulação primitiva de capital, fonte de riqueza a ser explorada e apropriada pelo capital colonizador, seja português ou espanhol.

A colonização portuguesa americana enceta-se somente a partir de 1530, pesando a decisão política de povoar para preservar a posse, em face da iminente perda do domínio para os espanhóis, franceses, holandeses e ingleses, através da concessão de privilégios e latifúndios a donatários de capitanias que explorassem a agricultura.

Daí, organiza-se a produção açucareira no Nordeste voltada para suprir o mercado consumidor europeu e assim segue a colonização dos portugueses no século XVI.

Quando Portugal passa para o jugo espanhol a partir de 1580, permanecendo nessa condição até 1640, caracteriza-se assim um estado de inexistência de fronteiras nas terras americanas dominadas por estes colonizadores europeus.

A disputa pelo domínio da Amazônia entre holandeses, ingleses e franceses constitui a motivação política para o início da ocupação portuguesa, fundando o povoado de Santa Maria de Belém, em 1616. Neste mesmo ano, os portugueses expulsam do vale amazônico todos os seus inimigos.

No ano de 1622 é criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, que é totalmente desvinculado do Estado do Brasil e dividido em seis capitanias.

A agricultura é então ensaiada como suporte da exploração econômica colonizadora, ao se tentar estabelecer aí a lavoura de cana-de-açúcar. Mas, entretanto, condições naturais desfavoráveis, baixo nível de domínio sobre a natureza amazônica e estágio incipiente da própria colonização constituem-se em obstáculos ao seu desenvolvimento. Ademais, a produção açucareira exigia investimentos iniciais e o capital era algo escasso na região por essa época.

É tão somente na segunda metade do século XVII que vai se dar início ao processo de exploração econômica, dando origem aos “ciclos agrícolas” amazônicos ou também chamados de “ciclos de exploração ligados ao extrativismo vegetal”.

A região amazônica, enquadrando-se no sistema colonial português, não foge à

regra e monta um aparato produtivo a fim de produzir para o mercado, como meio de contribuir para a reversão da depressão que atingia a economia portuguesa (e toda a Europa) nesse período, mas, fundamentalmente, para cumprir seu papel de alavanca estimuladora da acumulação burguesa metropolitana e da própria economia européia.

A Amazônia, com sua parcela de produção de riqueza, constituir-se-á assim, num instrumento efetivo para acelerar a acumulação primitiva de capital, num momento de desenvolvimento do capitalismo mercantil.

A produção é organizada por missionários e colonos à base de trabalho compulsório do nativo. A Amazônia é a região colonial na qual predomina o trabalho escravo indígena e cuja atividade econômica consiste na extração de produtos da floresta conhecidos como especiarias ou “drogas do sertão”- cacau, cravo, canela, salsaparilha, baunilha, copaíba -, que passam a ser comercializados no mercado internacional.

Nessa época, a Amazônia era um território ocupado por missionários (jesuítas, carmelitas, mercedários capuchos de Santo Antônio e outros) que dominavam na extensão do Amazonas cerca de 60 aldeias de índios mansos e população por volta de 50 mil índios. Era uma área na qual não adentravam colonos e nem agentes oficiais, conformando, assim, uma região puramente indígena sob direção missionada.

A supremacia missionária decorria, além da pequena presença de colonos, do recurso ao “descimento” como método de escravização indígena e, ainda, por ser a missão o centro de criação do *tapuio*, isto é, do índio despossuído de sua identidade étnica e principal fornecedor de força de trabalho da região.

O engajamento de colonos no aprisionamento de índios no alto e baixo Amazonas, por volta de 1640, abre um comércio escravista indígena de âmbito restrito, na medida em que seus ganhos internam-se na região. Isso era bem diferente do que ocorria com o comércio de escravos africanos: era integrado ao sistema colonial português, sendo os lucros dos mercadores portugueses carreados para a Europa e, assim, também contribuía para impulsionar a acumulação burguesa na metrópole.

Ao longo do processo de constituição da economia colonial missionária amazônica, vão-se conformando uma série de processos correlatos:

- constituição de uma incipiente economia extrativa exportadora de produtos tropicais amazônicos para o mercado capitalista europeu e relativo crescimento do produto exportado;

- incorporação de territórios ao domínio colonial português;
- rarefação da força de trabalho indígena decorrente de vários fatores: vitimada por maus-tratos, trabalho avassalador ou doenças, como a febre de sarampo de 1748 e 1749 e, ainda, em razão de fugas para o interior da floresta;
- destribalização e geração do *tapuio*;
- e, por fim, a ascensão econômica e política dos missionários em relação aos colonos, particularmente os missionários jesuítas. Isso porque, no plano econômico, este grupo dirigente constituía a própria camada burguesa, na medida em que monopolizava a produção e comércio dos produtos tropicais extrativos, apropriando-se integralmente do excedente gerado pelo trabalho escravo indígena, já que nem os tributos eram recolhidos pelo Estado colonial português.

Dentre os produtos florestais exportados, o cacau vai cada vez mais firmando-se como o produto de maior demanda no mercado metropolitano: exportava-se 28.216 arrobas de cacau, em 1730, e passa-se para 58.910 arrobas, em 1740, o que representava 90% do valor total exportado regional. No entanto, logo em seguida as exportações voltam a cair entre 1750 e 1754.

A queda das exportações de cacau implicou o reforço oficial na região, que aparece sob a forma de criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778), proporcionando a consolidação do contato da região com o mercado metropolitano e introduzindo o *tráfico negreiro* na Amazônia.

A essa altura, terceiro quartel do século XVIII, Portugal tentava reverter o atraso econômico em função da tutela inglesa, reestruturando sua política mercantilista e formulando as grandes linhas para a consolidação das fronteiras na colônia brasileira.

Daí criam-se companhias com o monopólio do comércio e do transporte, com a função de reforçar a reserva de mercado para os mercadores lusitanos e dinamizar o comércio metropolitano, no bojo da política mercantilista; daí constroem-se fortificações por todo o território colonial para defesa e afirmação do domínio português. E isso foi sendo desencadeado durante o governo de Pombal.

A expulsão dos jesuítas em todas as regiões da colônia brasileira(1759), consequência da luta travada por Pombal, foi o modo de abolir o poder missionário na América portuguesa e evitar o risco de perda efetiva de parcela significativa do

domínio territorial português.

Assim, a desorganização do sistema jesuítico desembocou na “letargia econômica” da região, na opinião de Celso Furtado. Para Roberto Santos, “Não há ainda como avaliar até que ponto essa organização (companhia pombalina) seria superior à dos missionários”.

No entanto, parece não haver dúvida de que o sistema jesuítico não mais se enquadrava no esquema delineado e em execução por Pombal e, por isso, foi demolido para proceder a promoção de um grupo dirigente exportador, formado por colonos, empenhados na expansão da atividade produtiva da região e na aceleração da acumulação do capital mercantil metropolitano.

A Amazônia era importante para Portugal e, portanto, fazia-se necessário que a política pombalina se expressasse em ações concretas a fim de tanto preservar o domínio territorial amazônico conquistado, quanto para ampliar a produção regional, e por consequência, realizar o seu intento maior: a transferência do excedente para a burguesia metropolitana.

Por isso é que na era pombalina passa-se a incentivar a agricultura como atividade complementar à economia do extrativismo cacaueiro, introduzindo-se alguns cultivos na região, como o café, o algodão, o tabaco e o arroz. Cria-se também pesqueiros reais no Solimões e a pecuária é também incentivada no vale do rio Branco. Entretanto, todo esse esforço de diversificação produtiva não logra êxito.

Durante a vigência da Companhia pombalina o cacau segue sendo o produto dominante na pauta de exportação, representando, em média, 61% das exportações da Amazônia para a metrópole portuguesa. Em seguida, vinham o café e o cravo, em torno de 10% e 11% do valor total exportado, respectivamente.

É nessa época também que o arroz silvestre da região é deslocado pela introdução do arroz branco da Carolina (1772). A partir de 1773, já se exportava cerca de 605 toneladas para a metrópole.

A exportação de cacau era predominante na região, mas com produção de origem puramente extrativa e que enfrentava restrições, como a existência de pequena população e relativa escassez da força de trabalho indígena, o que não permitia que suas exportações alcançassem maior expressão econômica em relação à produção exportada da colônia.

A administração pombalina também busca reformar o papel da força de trabalho indígena nos quadros do sistema colonial a fim de melhor adequá-la ao esquema

delineado:

- a) promove a abolição formal da escravidão indígena, que era uma decorrência da legislação colonial de 1757. Mas é claro que a escravidão indígena permanece sendo o método de exploração empregado por colonos e pelo próprio Estado;
- b) promove a transformação das aldeias em vilas, ao criar o regime do Diretório de índios, substituindo, assim, a tutela missionária pela do Estado e que representa-se na nomeação de um funcionário secular, o qual passa a receber o produto de um sexto da força de trabalho na repartição dos índios tutelados.

O Diretório deveria cumprir, essencialmente, a função de incorporar os índios das missões no esforço de consolidação do domínio colonial português e, eventualmente, os índios tribais. Daí intensifica-se o recrutamento da força de trabalho indígena para as atividades extrativas dos colonos e para os empreendimentos mercantis e obras públicas promovidas pelo Estado colonial.

Se a política pombalina não conseguiu lograr êxito quanto à pretensão de diversificar e, assim, ampliar significativamente a produção na região – provavelmente porque não haveria força de trabalho indígena para ser ocupada em todas as atividades pretendidas –, também fracassa sua política indigenista, cuja razão reside na própria inviabilidade de integração servil do *tapuio* à sociedade colonial.

Será que essa economia colonial amazônica efetiva-se como instrumento da acumulação primitiva? Como isso se concretiza? Qual a lógica subjacente ao movimento dessa economia? As respostas a essas indagações podem ser dadas a partir da análise da sua estrutura econômica, conforme teorizadas por Paul Singer e/ou Fernando Novais, cuja característica fundamental é a não existência de ciclo econômico próprio. Daí a economia colonial amazônica definir-se como uma economia dependente, na medida em que a produção principal orienta-se para a exportação de produtos extrativos para o mercado capitalista metropolitano. Assim, toda a dinâmica do seu setor exportador encontra-se determinada pelo influxo externo, isto é, por aquele mercado.

Por outro lado, existe, também, o setor de subsistência, com baixo grau de divisão do trabalho, vinculado e dependente do primeiro, que produz alguns produtos de subsistência para atender o consumo de ambos os setores, naquilo que não

consegue importar da metrópole.

Fica claro que o aumento da demanda do mercado capitalista metropolitano para o produto extrativo cacau e a conseqüente elevação das exportações vai caracterizar a fase de prosperidade regional e o reverso, a depressão.

Destaque-se que a renda gerada pelas exportações de cacau dividia-se em três parcelas principais: a) grande parte era apropriada pela burguesia metropolitana em função do monopólio do comércio de cacau. Ademais, também pelo monopólio na exportação de manufaturados para a Amazônia, cuja produção era proibida em todas as regiões da colônia; b) outra parte era apropriada pelo Estado Colonial, via tributação; e c) uma pequena fração da renda era retida pelos colonos para a manutenção da atividade ou expansão das unidades produtivas extrativas e, ainda, para o consumo importado de manufaturas metropolitanas.

Todo esse processo econômico significa, em última análise, que o excedente (ou mais-valia) gerado pelo trabalho escravo indígena da Amazônia era transferido em sua maior parte para a burguesia metropolitana, sob a forma de lucro comercial, cumprindo com a função de estimular a acumulação primitiva do capital mercantil, não existindo, assim, qualquer possibilidade de acumulação endógena na região.

No último quartel do século XVIII, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão é extinta (5/1/1778) e, depois, a Companhia de Pernambuco e Paraíba (21/4/1780), encerrando-se, assim, a etapa do monopólio do comércio reservado apenas para a burguesia da metrópole portuguesa, mas passando, a partir daí, para a burguesia em seu conjunto, ao mesmo tempo em que coincide com o início da crise do sistema colonial português e de todo o Antigo Regime.

Nessa época assiste-se o desencadear da Revolução Industrial na Inglaterra, o que consolida o modo de produção capitalista. Isso se traduz na incorporação do progresso técnico como método apropriado de acumulação e no conseqüente aumento da produtividade do trabalho e redução dos preços das manufaturas. A Inglaterra requer, em contrapartida, o alargamento do mercado consumidor composto por toda a sociedade do ultramar, o que implica a generalização de relações mercantis e, ao mesmo tempo, compromete e instala a crise no sistema colonial português e em todo o chamado Antigo Regime.

Ao tempo em que o sistema colonial entra em crise e desenvolve-se o capital industrial na Inglaterra, há uma relativa expansão na Amazônia, impulsionada,

basicamente, por três fatores:

- a) aumento da produção exportada de algodão para a metrópole, cuja produção exportada inicia-se com um total de 60 arrobas, em 1773, passa para 2.125 em 1775, 8572 em 1781 e 14.049 arrobas em 1800;
- b) um surto de realizações de obras pelos governantes do Pará e Rio Branco; e
- c) elevação do preço do cacau no mercado de Amsterdã (durante o período de 1800 a 1813, mas com queda nos preços a partir de 1818), favorecido também pela redução das exportações de cacau cultivado na Venezuela.

A essa altura, fins do século XVIII e início do seguinte, há relatos de autores como Martius, Fernando de Souza e outros acerca de um violento processo de extermínio indígena, de descimentos para os centros regionais e tratamento do índio como puro escravo. Isso, certamente, deve ter contribuído para a expansão dessas exportações, baseado no aumento do recrutamento e, sobretudo, na elevação do grau de exploração da força de trabalho indígena.

Basta atentar-se para o fato de que, no final do século XVIII, vários grupos indígenas haviam desaparecido, num extermínio de cerca de cento e cinquenta tribos da Amazônia.

Quando a família real transfere-se para o Brasil, em 1808, em razão da invasão napoleônica de Portugal, sua política econômica logo determina a abertura dos portos às nações aliadas portuguesas. Isso atrai alguns negociantes ao Pará que se estabelecem e passam a transacionar no mercado europeu (mais tarde, viriam os norte-americanos). E a presença desses comerciantes estrangeiros aparentava um clima otimista para os negócios da região.

Ao mesmo tempo, a política de D. João VI altera a política indigenista anterior, que era norteadada na busca de integração do índio. Agora, passa a ser a de “rejeição radical do índio, que deve ser eliminado fisicamente e substituído por populações mais concordes às exigências do progresso e da civilização” Daí fica mais fácil entender porque se intensifica a repressão contra as populações indígenas tribais da Amazônia, assegurada pela legislação colonial vigente.

Na realidade, não se pode falar que a situação da Amazônia era de prosperidade, já que sua economia estava imersa na crise da economia colonial. Vejamos algumas

manifestações dessa crise na região:

- a crise instalara-se no Pará desde 1806 até 1819. No ano de 1820, com a chegada de mercadorias do mercado capitalista externo -inglesas, francesas, portuguesas e africanas- verificou-se um aumento no movimento comercial local, parecendo que a crise seria revertida.. No entanto, esse afluxo de mercadorias foi obstaculizado com as “comoções e agitações políticas internas”;
- a crise também estava presente na Capitania do Rio Branco, perdurando até meados do século XIX;
- além disso, como o cacau seguia representando 58% do valor total exportado regional, em média, e como os seus preços vinham declinando no mercado de Belém - com cotação de 3.100 réis por arroba em 1805, cai para 2.600 réis em 1809 e chega a 2280 réis em 1822 - fica patente o quadro de dificuldades por que passava a região, nessa época.

Por que há crise na economia colonial amazônica e esta coincide com a crise em todas as regiões da colônia brasileira? A explicação não deve ser apenas porque os preços dos produtos tropicais declinavam no mercado mundial, atingindo as exportações, as regiões, não havendo perspectiva para nenhuma economia colonial regional, já que, também, a economia mineira encontrava-se em decadência.

A explicação deve partir do perspectiva de vê-la, em primeiro lugar, que trata-se não como crise da economia colonial amazônica, mas da crise histórica de um tipo de economia: a economia colonial latino-americana. Em segundo lugar, que os fundamentos históricos têm origem no processo que combina a extinção do monopólio comercial português, a ascensão e hegemonia da Inglaterra no mercado mundial, a qual provoca crise na economia colonial, e, em última análise, desemboca no rompimento do “Pacto Colonial e constituição do Estado Nacional”. Sob o ponto de vista do interesse da Inglaterra, era o meio de expandir mercado para os seus produtos industriais, ou seja, como meio de desenvolvimento do capital industrial inglês.

Em outras palavras, explica-se o motivo básico da crise da economia colonial, manifestada na situação desfavorável para os seus produtos e queda de suas exportações, no próprio perfil da oferta de produtos em contradição com os desígnios do capital inglês, na medida em que a este apenas interessava a produção de produtos

primários a baixos preços – alimentos e matérias-primas -, no sentido de elevar sua taxa de lucro via rebaixamento dos custos industriais (rebaixando os custos com capital variável e elementos do capital).

A crise na Amazônia era agravada ainda em função de três fatores de ordem interna:

- a) invasão da Guiana Francesa por tropas paraenses, determinada por D. João VI, com invasão e conquista entre dezembro de 1808 e janeiro de 1809, mas cuja ocupação vai até o ano de 1817, o que reduzia o contingente da força de trabalho regional;
- b) as agitações políticas na Província do Pará, iniciadas em 1821, motivadas por partidários de idéias liberais contra o absolutismo monárquico do porto, em confronto com defensores da incorporação do Pará ao domínio português, numa atmosfera radical que ultrapassa o ano de 1822. Daí a adesão à concepção de independência brasileira, de Estado-Nação, na Amazônia, só ter vindo posteriormente, em 15 de agosto de 1823;
- c) a guerra civil amazônica, isto é, o movimento social nativista denominado Cabanagem (1835/1839), que resultou na “destruição de vidas e do patrimônio de colonizadores e nativos”.

Convém aqui lembrar que o Pará correspondia a toda a Amazônia, em 1822, e sua população não ultrapassava 100.000 habitantes, composta de 78% de índios (puros, arredios, ou já contatados com a “civilização”), excluindo-se os mestiços. E que a insurreição de índios e mamelucos amazônicos constitui um dos mais importantes movimentos nativistas da história brasileira, assim definido por Moreira Neto:

“A Cabanagem foi um momento histórico da tentativa de emergência dessa massa de ‘tapuios’ e outros mestiços, social e etnicamente degradados, e que procuravam escapar aos duros moldes da sociedade colonial por uma rebelião armada que, a despeito de seus aspectos políticos mais aparentes e explícitos, tinha um conteúdo de mudança social extremamente revolucionário para as condições locais.”

O desfecho da Cabanagem resultou no extermínio de 30 mil pessoas e na criação da Província do Amazonas.

O período entre 1750 e 1850 marca, tanto a perda da face indígena da Amazônia, quanto a falta de dinamismo em toda a economia brasileira, pois esta não

apenas apresenta-se estagnada, mas também regride. Os auge exportadores da economia colonial eram então resquícios: auge das exportações de açúcar da economia do Nordeste (1650); e o auge das exportações de ouro da economia mineira de Minas Gerais (1750).

Como o mercado capitalista mundial, sob comando inglês, retraíra-se para o cacau amazônico, pelo fato de não se conseguir ampliar a oferta desse produto a preços baixos, o resultado era queda nos preços, no valor das exportações e decadência regional, durante toda a primeira metade do século XIX. Ocorre, também, um processo de desestruturação dessa modesta produção mercantil para exportação, assumindo, em seu lugar, uma produção de subsistência de autoconsumo, com evidentes inexpressivos resultados econômicos.

Quando mais tarde consolida-se a indústria de chocolate na Europa e Estados Unidos e, simultaneamente, o consumo eleva-se nesses mercados, será o sul da Bahia a região produtora que assumirá a hegemonia brasileira, pois passa a representar 90% da produção total do Brasil.

Nessa época, o que é que a Bahia tem que a Amazônia não tem? A Bahia tem terras virgens e adequadas para o cultivo do cacau, fácil acesso e, principalmente, investimentos de capital. São, portanto, esses fatores que se traduzirão numa produtividade do trabalho e competitividade superior ao da produção extrativa amazônica.

Quer dizer que a economia amazônica iria mesmo regredir a uma economia de subsistência, já que os preços do cacau encontravam-se em queda no mercado mundial? É verdade que os preços internacionais do cacau encontravam-se em baixa, como também estava em curso a metamorfose da economia amazônica mercantil em economia de subsistência, mas, este último fenômeno não chega a se efetivar completamente.

A deterioração das relações mercantis na região não se completa em virtude do surgimento incipiente de produção e exportações de borracha, ensaiadas ainda na primeira metade do século XIX.

A produção de borracha (*Hevea Brasilienses*) - planta originária da Amazônia e conhecida pelos indígenas, que a utilizavam para fazer bolas, seringas e também para impermeabilizar objetos - é iniciada com 31 toneladas exportadas, em 1827. Em 1830, a produção exportada passa para 156 toneladas. Isso, graças ainda à força de trabalho indígena, pois, após a abolição (1888), e mesmo durante a passagem para o

século XX, o trabalho compulsório do índio seguia sendo o suporte da exploração extrativa. Entretanto, a força de trabalho indígena terá participação marginal na atividade extrativa da borracha, em virtude de redução sofrida em sua população e afastamento dos índios tribais dos centros produtores iniciais.

Na primeira metade do século XIX, a borracha surge, assim, como um alento para a economia regional, mas é ainda um produto extrativo que não tem nenhuma capacidade de reversão do seu panorama de crise e decadência. Ela é aí uma matéria-prima de restrito consumo industrial e de baixa capacidade de oferta interna.

Do lado da oferta, a produção extrativa de borracha era restringida pelo reduzido número de trabalhadores engajados no processo produtivo, já que concorria por força de trabalho indígena com a atividade principal, o que bloqueava o crescimento da produção exportada: as exportações de borracha representavam apenas 16,6% do valor total exportado regional, em 1838, e não chegavam a ultrapassar 24% , em 1848.

Do lado da demanda, era incipiente o estado da indústria de artefatos de borracha da Inglaterra e dos Estados Unidos, evidenciando-se na limitada procura desses países capitalistas no período: a Inglaterra importava 23 toneladas de borracha, em 1830, e passa para 68 toneladas em 1845; 209, em 1850, e 1818 toneladas, em 1855. Os Estados Unidos importavam 1000 toneladas, em 1850, e passam para 3000 toneladas, em 1855. Ademais, contribuía o fato de que a invenção da vulcanização (1838), por Charles Goodyear, ainda não havia se incorporado ao processo produtivo industrial da borracha e, portanto, isso também comprimia a demanda externa.

Assim, pode-se entender a irrisória produção exportada e o fato da borracha amazônica, enquanto fonte de matéria-prima para o suprimento da indústria capitalista pós- Revolução Industrial, não ter ainda grande capacidade de atrair o interesse dos capitais ingleses e norte-americanos.

A emergência do segundo “ciclo de exploração extrativista vegetal” da Amazônia somente pode dar-se, efetivamente, a partir da segunda metade do século XIX, à medida em que se desenvolve a indústria de artefatos de borracha vulcanizada inglesa e norte-americana, concomitante ao estímulo para o aumento da produção de látex. E coincide com a melhoria no setor mercantil de transportes, com a introdução do navio a vapor (1853), cuja linha é monopolizada pela companhia do Barão de Mauá, o que vai ampliar o acesso às regiões produtoras – mais tarde (1866), as pressões imperialistas inglesas e norte-americanas conseguem a abertura do

Amazonas à navegação internacional. Em seguida, a Amazon Steam Navigation incorpora as companhias existentes (1874) e monopoliza todas as operações (1876), o que vai se traduzindo em caminho para a penetração e domínio do capital mercantil internacional na Amazônia.

Inicialmente, os centros locais produtores do látex da seringueira concentravam-se no Pará e em algumas ilhas, mas tão logo ocupadas essas áreas, ou mesmo esgotadas em decorrência do emprego de técnicas predatórias, a produção gomífera continuava incorporando as áreas de seringueiras do Amazonas e de novas áreas produtoras, na direção dos rios Madeira, Juruá, Purus e Acre, incorporando, inclusive, novas áreas ao território brasileiro, como foi o caso do Acre.

A borracha constitui-se na principal atividade econômica, concentrando todos os recursos produtivos da região, no terceiro quartel do século XIX. Ela sai de uma posição de apenas 10,7% do valor total exportado regional, em 1848, para participar com 71,9% do valor total, em 1872.

A supremacia do extrativismo da borracha, cuja produção implicava na utilização intensiva da força de trabalho disponível, aliado ao fato da demanda de consumo ser suprida com importações, inclusive gêneros alimentícios para a população regional, traduzia-se em desalento e entrave ao desenvolvimento de relações mercantis na agricultura amazônica.

O mundo capitalista passava para a sua segunda fase imperialista, no último quartel do século XIX e primeiros anos do século atual, cujos traços principais são os seguintes:

- a) concentração do capital via incorporação do progresso técnico de modo acelerado;
- b) monopolização de mercados industriais como resultado do capital financeiro, originário da fusão entre o capital industrial e o capital bancário;
- c) exportação de capital como forma de obter-se o domínio completo sobre o Estado dos países periféricos;
- d) surgimento de novas potências industriais;
- e) a luta intercapitalista entre países centrais visando a anexação de territórios exclusivos para a exportação de capitais e, paralelamente, o surgimento do colonialismo monopolista que, em última análise, isso desemboca na própria luta pela partilha do mundo

entre os Estados Unidos, Japão e Alemanha.

Há, por sua vez, uma conjugação de fatores (interno e externo) que vão proporcionar as condições para expansão e auge da produção de borracha da Amazônia, entre o último quartel do século XIX e o primeiro decênio deste século:

- 1) a longa estiagem nordestina (1877-1880), o estado de decadência do Nordeste, a propaganda e traslado subsidiado pelos governos amazônicos, resultaram numa corrente migratória na ordem de 260.000 trabalhadores para as áreas extrativistas de borracha da região, sendo este o grande responsável pela expansão da oferta, na medida em que os métodos extrativistas de produção de borracha permaneceram os mesmos;
- 2) no último quartel do século XIX e o primeiro decênio deste século, o capital monopolista elege a borracha como uma matéria-prima de expressiva demanda no mercado mundial, em função da intensa expansão da indústria automobilística inglesa e norte-americana.

É surpreendente o crescimento das exportações amazônicas, nesse período. As exportações médias de borracha, que atingiam 6.000 toneladas nos anos setenta, passam para 11.000 toneladas nos anos oitenta, 21.000 toneladas nos anos noventa e 35.000 toneladas na primeira década do século XX.

No último quartel do século XIX, a Amazônia torna-se a região produtora de borracha para a indústria automobilística mundial, quando os seus preços internacionais são ascendentes: elevação moderada, entre 1866 e 1888, e crescimento acelerado, entre 1889 e 1910. Em seguida, veio o declínio dos preços internacionais de borracha, entre 1911 e 1912.

À medida que os preços da borracha elevavam-se no mercado capitalista internacional e a Amazônia detinha o monopólio de sua produção, cuja matéria-prima era cada vez mais disputada e imprescindível para a indústria dos países centrais, o capital inglês elabora um plano para deslocar a produção para fora da região, ou seja, para as suas colônias. O objetivo evidente era monopolizar a fonte dessa matéria-prima, a fim de elevar sua taxa de lucro, ao tempo em que reduzisse os custos dos elementos do capital constante.

Em 1873 e 1876, a Inglaterra transplanta a semente de seringueira (*hevea*) para o Jardim Botânico londrino de Kew, iniciando experimentos para a sua produção nos

seringais de cultivo, em suas colônias do Sudeste Asiático (Ceilão e Malásia). O capital inglês investe na formação de extensas plantações, o que vai se expressando no aumento da produtividade do trabalho, melhor qualidade e menor preço da borracha ofertada por suas colônias no mercado internacional. Em seguida, os holandeses e franceses também passam a fazer parte da disputa pelo domínio das fontes supridoras dessa matéria-prima, na medida em que introduzem plantações comerciais em suas colônias, Indonésia e Indochina, respectivamente.

A entrada das plantações comerciais de borracha das colônias inglesas, holandesa e francesas no mercado mundial, sob o comando do capital industrial monopolista e colonialista, inicialmente, rompe a hegemonia da produção silvestre amazônica, a partir de 1889. Entretanto, a produção asiática, que se assenta numa produtividade do trabalho relativamente superior e materializa-se no menor preço, vai progressivamente excluindo a produção de borracha natural amazônica do mercado, e, em última análise, é isso que vai provocar a marginalização da produção gomífera da Amazônia.

A produção asiática apresentava uma produção de pouco mais de 28.000 toneladas de borracha exportada, em 1912, e, em 1913, já exportava 48.000 toneladas. Em 1914, passa para 71.000 toneladas e, progressivamente hegemônica, chega, em 1919, a representar 90% da produção de borracha mundial.

A exportação de borracha natural da Amazônia atinge seu pico com o total de 42.000 toneladas, em 1912, representado cerca de 40% do valor total exportado do país. A partir daí, encerra-se o segundo “ciclo”, com o estabelecimento da crise da economia extrativista da borracha, expressada em estagnação e decadência regional.

O que se poderia dizer acerca das relações de produção na economia do extrativismo da borracha amazônica? Pode-se dizer que a economia extrativista da borracha organizara-se pelos proprietários dos meios de produção (seringalista ou arrendatário), de um lado, e pelo produtor direto (seringueiro ou extrator), juridicamente livre, de outro.

As tarefas do seringueiro na unidade produtiva (seringal) consistiam em corte da seringueira, coleta do látex e defumação, numa jornada de trabalho com duração média de 14 a 16 horas diárias.

O excedente gerado pelo seringueiro era apropriado pelo sistema de aviamento, cujos mecanismos fundamentais consistiam na venda da borracha a preços rebaixados ao seringalista, de um lado, e, de outro, na compra de gêneros de subsistência com

preços aviltados pelo intermediário. Destarte, a sujeição do seringueiro ao seringalista era reproduzida numa cadeia creditícia, na qual os agentes exportadores e importadores (bancos e casas aviadoras), em função do mercado internacional, financiavam a produção gomífera e a importação na região, resultando no predomínio do capital comercial no extrativismo amazônico, nessa época.

Embora o traslado fosse subsidiado pelos governos da Amazônia, desde a chegada do trabalhador nordestino na região, este encontra-se preso ao seringal, em função de dívidas contraídas pelos adiantamentos fornecidos pelo seringalista, que incluíam gêneros alimentícios e instrumentos de trabalho.

Para Celso Furtado, o seringueiro da Amazônia era um trabalhador que sobrevivia isolado na colocação do seringal, endividado e num regime de servidão.

A economia do extrativismo da borracha, portanto, não realiza a dissolução completa entre o produtor direto e as condições objetivas do processo de trabalho, em face da sujeição e subordinação do seringueiro ao seringalista, e, por isso, não introduz a relação social de produção básica do capitalismo na região, isto é, o trabalho assalariado.

No plano econômico, qual o legado do extrativismo da borracha para o desenvolvimento amazônico? Não há dúvida de que a economia do extrativismo da borracha na Amazônia não constitui um processo de desenvolvimento, devido às seguintes razões:

- a) não estabelece uma agricultura comercial produtora de alimentos;
- b) não faz surgir o assalariamento;
- c) a economia do aviamento, o conseqüente domínio do capital mercantil e sua apropriação do excedente gerado, não permite uma acumulação endógena, na medida em que grande parte do excedente econômico transferia-se para o exterior, seja através de remessas de lucros, juros ou via importação de bens e serviços.

A crise da economia da Amazônia perdurará até os primeiros anos da década de 1940, quando, depois de desencadeada a Revolução de 1930 e o processo de desenvolvimento do capital industrial do Brasil avançar “restringidamente”, a economia do extrativismo da borracha vai tendo uma maior articulação com o mercado nacional.

Considerações finais

Essa reconstrução histórica revela que, similarmente às demais regiões coloniais portuguesas, a Amazônia brasileira constitui uma economia colonial baseada no trabalho escravo indígena que, com sua parcela de produção de riqueza, efetiva-se como instrumento de aceleração da acumulação primitiva de capital, num momento de desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu, no quadro do Antigo Sistema Colonial Mercantilista.

Uma característica fundamental da economia amazônica é a ausência de ciclo econômico próprio. Isso decorre do fato de que o excedente gerado pelo trabalho escravo indígena da Amazônia era transferido em sua maior parte para a burguesia metropolitana, sob a forma de superlucro comercial, cumprindo, portanto, a função de estimular a acumulação primitiva do capital mercantil e impossibilitando a acumulação endógena na região. Daí a economia colonial amazônica ser uma economia dependente, na medida em que a produção principal orienta-se para a exportação de produtos extrativos para o mercado capitalista metropolitano. Assim, toda a dinâmica do seu setor exportador fica determinada apenas pelo influxo do mercado externo.

A produção extrativa é, inicialmente, organizada pela empresa comercial missionária. Os missionários, particularmente os jesuítas, constituíam a maior parcela da própria camada burguesa, na medida em que monopolizavam a produção e comércio dos produtos tropicais extrativos. Por isso, apropriavam-se quase integralmente do excedente gerado pelo trabalho escravo indígena. Dentre os produtos florestais exportados pelos jesuítas, o cacau vai firmando-se como o de maior demanda no mercado metropolitano. A queda das exportações de cacau implicou a intervenção mercantilista portuguesa na região, que objetivou-se sob a forma de criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Esta visava consolidar o monopólio do comércio, do transporte e introduzir o comércio de escravos na Amazônia.

Por sua vez, a política pombalina não consegue lograr êxito quanto à pretensão de diversificação da produção na região – provavelmente porque não haveria força de trabalho indígena para ser ocupada em todas as atividades pretendidas -, nem tampouco quanto à sua política indigenista, obstaculizada pela própria inviabilidade

de integração servil do *tapuio* à sociedade colonial.

Em que pese a constituição do Estado-Nação, com a conquista da soberania política pelo Brasil, a economia do extrativismo da borracha na Amazônia mantém inalterada a estrutura de economia colonial durante o período estudado. Daí seu processo não poder ser caracterizado como um processo de desenvolvimento econômico, porque não estabelece uma agricultura mercantil de alimentos, não possibilita o surgimento do assalariamento e nem permite uma acumulação endógena. Esta é inviabilizada pelo domínio do capital mercantil na região e pela transferência de grande parte do excedente produzido para o exterior, seja sob a forma de lucros, de juros ou de importação de bens e serviços.

Referências Bibliográficas

- CORDEIRO, Mâncio Lima. Considerações acerca da nova dinâmica da produção de matérias-primas na Amazônia, Campina Grande, UFPb, Dissertação de Mestrado, 1982.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, 23 ed., São Paulo, Editora Nacional, 1989.
- KARAVAEV, A. Brasil passado e presente do “Capitalismo periférico”, Moscovo, Edições Progresso, 1987.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira, 1. Ed., São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850), Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1988.
- NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808), 2.ed., São Paulo, Editora Hucitec, 1981.
- PANDULFO, Clara. Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras, Belém, CEJUP, 1994.
- PEREIRA, Luiz C. Bresser. Economia Brasileira, uma introdução crítica, 3. Ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- PINTO, Nélson Prado Alves. Política da borracha no Brasil: a falência da borracha no Brasil, São Paulo, Hucitec, 1984.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil, 25 ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1970.
- RIBEIRO, Berta G. O Índio na História do Brasil, Editora Global, 1983.
- RIBEIRO, Darcy. Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno, 5. Ed., Petrópolis, Editora Ltda, 1986.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. História econômica da Amazônia: 1800-1920, São Paulo, T. A. Queiroz, 1980.
- SILVA, Luís Osório. A luta pela Amazônia, São Paulo, Fulgor, 1962.
- SIMONSEN, Roberto Cocharane. História Econômica do Brasil: 1500/1820, 8 ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1978.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, São

Paulo, Editora Nacional, 1977.

SOBRINHO, Pedro Vicente Costa. Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre, São Paulo, Cortez, 1992.